

Como Definir o Sucesso em Guantánamo

Dr. Jeffrey H. Norwitz

OS OLHOS castanhos debaixo de sobrancelhas pretas, em uma face corada, envolta por uma espessa cabeleira negra, que se harmoniza com uma barba bem cuidada, fixam-se em mim. Um macacão de cor laranja contrasta com o ambiente descolorido. O barulho repetitivo das correntes nos tornozelos interrompe o zumbido do ar-condicionado. Eu e o detento nos defrontamos. Nossos joelhos quase se tocam. Nós podemos sentir o cheiro um do outro.

O Campo Delta é uma prisão na Baía de Guantánamo, Cuba, para onde, no início de 2002, os EUA transferiram mais de 1.000 homens capturados durante a Operação *Enduring Freedom*, uma operação lançada para derrubar o Talibã, perseguir os terroristas e dismantelar seus refúgios.¹ Como investigador federal da Força-Tarefa de Investigação Criminal do Departamento de Defesa, entrevistei esse homem vestido com o macacão laranja que era considerado um “combatente inimigo” na Guerra Global Contra o Terrorismo.² Meu trabalho era descobrir a verdade. O resultado determinaria se o detento seria processado ou liberado.³

Eu me perguntei: O que os EUA estão querendo obter? Como é o sucesso no nível estratégico? A definição do sucesso deverá começar com uma avaliação pragmática, justa e perspicaz das metas norte-americanas. Existe uma linha-de-ação para alcançá-las? E o mais importante: funciona bem a estratégia dos EUA? Essas perguntas norteiam o diálogo necessário para avaliar o progresso contra os terroristas, que claramente demonstram sua própria estratégia.⁴

Três missões distintas com objetivos diferentes em várias etapas de cumprimento estão em progresso no Campo Delta. A primeira missão é a coleta e a análise de informações. Depois são as operações de encarce-

ramento, caracterizadas por assuntos humanitários e de bem-estar relacionadas ao tratamento geral. Finalmente, a investigação e o processo criminal concluem detalhadamente as ações cometidas por um detento.⁵

As Medidas de Inteligência

Segundo o enunciado da missão da Força-Tarefa Combinada Guantánamo, o objetivo principal do Campo Delta é coletar as informações dos detentos, que são considerados combatentes ilegais sob o Artigo IV das Convenções de Genebra.⁶ Alguns afirmam que o sucesso não poderá ser avaliado se o público norte-americano nada souber a respeito das informações coletadas nem dos métodos usados para obtê-las. Na realidade, os interrogatórios e a análise hábil das informações já revelaram dados que salvaram vidas. Mesmo depois de dois anos, ainda se recolheram informações úteis dos detentos em Guantánamo, relacionadas às redes terroristas e àquelas pessoas que estão minando a estabilidade no Afeganistão.⁷

Contudo, o paradoxo eterno de inteligência é que o sucesso excepcional é também excepcionalmente secreto. As realizações serão nebulosas se a coleta de informações for a principal forma de medir o êxito. Para tanto, o mundo deverá avaliar os aspectos tangíveis e observáveis. Ainda, devido aos abusos imperdoáveis na prisão em Abu Ghraib, o povo norte-americano exige que alguém seja totalmente responsável.⁸ Então, como a opinião pública poderá formar um juízo a respeito do êxito dos EUA em Guantánamo?

As Medidas Humanitárias

Os direitos humanos e o tratamento humanitário são critérios usados para avaliar como um governo se comporta e, por conseguinte, a retidão da conduta



Departamento de Defesa

Guardas patrulham ao redor da Baía de Guantánamo. (2002)

dessa nação. A história analisará criticamente as ações dos EUA em Guantánamo e perguntará: Como os detentos foram tratados enquanto estavam na custódia dos EUA? Os detentos foram protegidos uns dos outros? Houve evidência de tortura, e em caso afirmativo, quais foram as medidas usadas para corrigir a situação? Os detentos receberam o devido tratamento médico? A comida, os exercícios, a recreação e a promoção de bem-estar mental foram adequadas? Foram respeitadas as práticas religiosas?

Como qualquer prisão federal, a preocupação principal do Campo Delta é a segurança dos detentos e dos guardas. A missão da prisão é a responsabilidade da Polícia do Exército (PE). O contingente da PE em Guantánamo é uma mistura de soldados dos componentes da Ativa e da Reserva designados como o Grupo Combinado de Operações para Detentos. Enquanto eu estava lá, os detentos eram alojados em instalações seguras e confortáveis que continuamente eram melhoradas. O respeito referente às práticas religiosas era inequívoco. Cada célula da prisão continha uma seta preta que indicava a direção do este, para que os detentos soubessem para aonde deveriam se voltar durante suas preces. As refeições, feitas de acordo com as necessidades religiosas e dietéticas, eram bem preparadas. De vez em quando, serviam alimentos pertencentes às diversas culturas como tâmaras, *baklava* e chá. As roupas de cama e de vestimenta eram trocadas frequentemente.

Estavam também disponíveis uma biblioteca e um programa de leitura. As áreas de recreação eram abundantes e era comum ouvir o barulho dos homens chutando uma bola de futebol. Sem dúvida, esses homens comiam melhor do que em qualquer outra época de suas vidas. Recebiam tratamento médico e dentário de primeiro mundo (o que não recebiam nos seus próprios países) e tinham oportunidades educacionais nunca sequer consideradas. Se, como muitas pessoas sugerem, parte da solução do problema terrorista é demonstrar a benevolência aos combatentes que cometeram ações agressivas contra os EUA, então a história irá lembrar-se dos relevantes esforços da PE em Guantánamo.

As Medidas de Investigação e o Processo Criminal

As medidas de investigação e os processos criminais vão continuar a crescer em significação estratégica, mas problemas frequentes e comuns ainda vão atormentar os projetos de inteligência e de ordem pública. Os obstáculos legais e culturais proíbem a troca de informações entre os especialistas das agências de investigação criminal e das agências de inteligência. Os assuntos sigilosos, limitados até mais pela “necessidade do saber”, restringem a disseminação das informações. Os obstáculos legais (tais como tratar com o tribunal do júri) são igualmente restritivos.⁹

A tensão surge dos objetivos contraditórios. O testemunho e a evidência são usados na apresentação em juízo penal e para um exame judicial detalhado. Opostamente, a inteligência sigilosa é limitada propositalmente para proteger as fontes e métodos de informações de fazerem concessões. Estes preconceitos culturais freqüentemente surgem nos casos de segurança nacional tais como espionagem ou traição, onde o processo de julgamento deverá usar informações sigilosas. O fato é que existem procedimentos jurídicos que procuram equilibrar os direitos do réu de contestar o promotor público versus a necessidade de proteger as informações sigilosas.¹⁰ As comissões militares serão estruturadas de forma semelhante para proteger as informações sigilosas e sustentar a transparência do processo de julgamento.¹¹

O método de interrogação de cada comunidade para a obtenção de informações é ainda mais incompatível — sem se levar em consideração se as informações são sigilosas ou não. Os criminalistas esperam ser questionados sobre como obtiveram as informações. Por exemplo, durante o seu testemunho, os investigadores esperam um questionamento por parte dos defensores a respeito dos métodos empregados para obter uma confissão. O acusado foi ameaçado, coagido ou maltratado? Qual o tempo de descanso entre os períodos de interrogatório? Os métodos de interrogação empregados pelos agentes de segurança nunca deverão chocar a consciência do tribunal ou do povo americano, os quais não aceitarão uma conduta escandalosa para forçar as confissões, mesmo se tratando de supostos terroristas.

Os interrogatórios para coletar inteligência seguem critérios completamente diferentes, jamais vistos em um tribunal. Os métodos aprendidos e praticados pelos agentes de inteligência são, em geral, incompatíveis com a jurisprudência criminal.¹² Conseqüentemente, os entrevistadores criminais e os interrogadores de inteligência utilizam técnicas e medidas de sucesso diferentes. A harmonização dessas incompatibilidades é um dos principais desafios na Baía de Guantánamo.¹³ Parte da solução é manter um relacionamento consistente e de longo prazo entre o entrevistador e o entrevistado. É possível alcançar maior êxito quando os entrevistadores trabalham em equipe com os especialistas da ciência do comportamento para individualizar os métodos, em vez de tratar todos os detentos da mesma forma. Perguntas mais pessoais sobre a família, aldeia, ocupação e até empatia são necessárias para iniciar um relacionamento. As ameaças e intimidações são substituídas por as hábeis técnicas de coleta de informações.

As confissões voluntárias, escritas à mão, obtidas sem coerção e admissíveis no tribunal, são as previstas no Campo Delta em futuro próximo. Ao utilizar téc-

nicas de entrevista criminal de comprovada eficácia, a Força-Tarefa de Investigação Criminal do Departamento de Defesa quer estabelecer a verdade a respeito dos atos cometidos pelos detentos. A sinceridade e a determinação são as melhores ferramentas para desvendar informações, particularmente quando se considera a certeza de um exame jurídico detalhado.¹⁴ Segundo o Coronel Brittan P. Mallow, da Polícia do Exército, comandante da Força-Tarefa de Investigação Criminal do Departamento de Defesa, a FT já superou, com sucesso, as barreiras tradicionais para compartilhar as informações.

À medida que as regras e procedimentos de investigação criminal e de inteligência encontram pontos em comum na Guerra Global contra o Terrorismo, os obstáculos normais, tais como regulamentos, leis,

O objetivo principal do Campo Delta é coletar as informações dos detentos, que são considerados combatentes ilegais sob o Artigo IV das Convenções de Genebra. Alguns afirmam que o sucesso não poderá ser avaliado se o público norte-americano nada souber a respeito das informações coletadas nem dos métodos usados para obtê-las.

políticas, perspectivas, culturas e mecânicas são redefinidos para proteger o sigilo das informações, ao mesmo tempo em que permitem seu uso nos tribunais. Mark Fallon, Agente Especial do Serviço Naval de Investigações Criminais e Vice-Comandante da Força-Tarefa de Investigação Criminal do Departamento de Defesa, prevê que os métodos inovadores das Forças Armadas dos EUA, atuando em conjunto com os promotores públicos e especialistas criminais para trazerem os homens mais violentos do mundo à justiça, serão um grande legado para as gerações futuras.

A perseguição aos criminosos e o julgamento de terroristas no nível global é uma consequência da proclamação do Presidente George W. Bush: “A justiça será feita, quer tragamos os nossos inimigos à justiça, quer levemos a justiça a nossos inimigos.”¹⁵ O sucesso, inevitavelmente, equivalerá a um processo de julgamento transparente, confiável, integral e justo, com resultados tangíveis.

No Quarto “Silencioso”

O Campo Delta aloja pessoas de 41 países, que falam 10 línguas e múltiplos dialetos. Por isso, intérpretes experientes são essenciais para a comunicação efetiva.

Os tradutores geralmente são pessoas nativas do respectivo país, que moram nos EUA há muitos anos. Fora da perícia linguística, esses intérpretes possuem conhecimento das nuances e cultura do país, um requisito necessário para um diálogo significativo.

No Campo Delta, todos os dias são iguais, interrompidos só pela eventual “entrevista” quando os detentos são levados aos quartos silenciosos para serem entrevistados. Hoje, vou entrevistar o detento US9AF-4282DP, um suposto afegão. Seu número indica que ele foi detido pelas forças dos EUA que operavam no Sudoeste da Ásia. A identificação numérica é importante porque os nomes árabes mais comuns muitas vezes são soletrados de várias maneiras; os títulos honoríficos, tribais e familiares são freqüentemente usados como primeiro nome, dificultando e confundindo facilmente a identificação dos detentos. No acampamento, o detento é conhecido como 4282, mas eu lhe chamo por seu nome preferido, Kakai. O arquivo particular de Kakai indica que ele fabricou uma bomba e explodiu uma locadora de vídeos porque violava os mandamentos escritos do Talibã contra a música. Ele também é acusado de lançar foguetes contra uma base militar dos EUA perto de Candahar. Infelizmente, não há evidência criminal, como impressões digitais ou resíduos de explosivos em suas roupas, para fazer uma ligação entre ele e os crimes. O meu desafio é verificar se Kakai é responsável pelos atos supostamente praticados e não simplesmente torná-lo culpado, como muitos pressupõem.

Os investigadores criminais tratam de centenas de casos como o de Kakai, em várias fases do processo. Kakai parece bem disposto, seu cabelo está molhado porque acabou de tomar banho. Ele diz que sua refeição predileta é o café da manhã com ovos e arroz. Como ele usa sandálias de borracha, eu posso ver seu dedão do pé inchado, provavelmente devido a alguma contusão durante um jogo de vôlei entre os detentos. Também diz que recebeu uma avaliação médica. Desde que chegou ao Campo Delta, nos princípios de 2002, Kakai tem ganhado progressivamente mais privilégios. Ele tem sido honesto e cooperativo com os entrevistadores. A recreação nos grupos é uma forma de premiar sua honestidade. Um outro prêmio promovido no acampamento é inscrição no programa voluntário para aprender a ler *pashtu*. Ao chegar a Campo Delta, Kakai era analfabeto, mas agora está relativamente dominando sua língua afegã nativa.

Várias semanas já se passaram desde que eu e Kakai nos falamos. Na última vez, ele reclamou de dores no maxilar. Kakai dobrou-se para mostrar sua nova obtenção. O intérprete *pashtu* explicou que Kakai conviveu com as dores nos dentes por muitos anos antes de chegar ao Campo Delta. Agora não tem mais dores.

Para um observador eventual, a conversa podia ter parecido aleatória e caprichosa: mas na realidade foi o oposto. Os investigadores criminais têm uma estratégia para cada entrevista e uma metodologia comprovada para extrair informações. A estratégia não é baseada em truques nem artimanhas. Em vez disso, para melhorar a confiança nos dois lados, um hábil entrevistador mostra sua integridade ao longo de vários encontros. Kakai sabe que eu tenho os recursos para comprovar uma estória honesta ou para desfazer uma narração fictícia. Ele percebe que a cooperação comigo é o caminho mais rápido para voltar para casa.

Para muitos dos detentos, os sentimentos de ira e frustração ao perderem sua liberdade cederam a um

No Campo Delta, todos os dias são iguais, interrompidos só pela eventual “entrevista” quando os detentos são levados aos quartos silenciosos para serem entrevistados. Hoje, vou entrevistar o detento US9AF-4282DP, um suposto afegão. Seu número indica que ele foi detido pelas forças dos EUA que operavam no Sudoeste da Ásia. A identificação numérica é importante porque os nomes árabes mais comuns muitas vezes são soletrados de várias maneiras; os títulos honoríficos, tribais e familiares são freqüentemente usados como primeiro nome, dificultando e confundindo facilmente a identificação dos detentos.

agradecimento indescritível, porém tangível, da sua nova situação. O aprisionamento na sua terra natal seria o equivalente a condições imploráveis de vida, tortura física e confissões falsas extraídas por meio de ameaças. Um grande número dos detentos já pediu para ficar em Cuba em vez de enfrentar o sistema de justiça no seu próprio país. A história se encarregará de demonstrar que os EUA trataram humanamente seus prisioneiros e foram incansáveis nas negociações para que os detentos que retornaram a seus países recebessem um tratamento apropriado.¹⁶ Porém, quais comentários podem ser feitos com respeito à lei?

O Tribunal da Opinião Mundial

Em novembro de 2001, logo após o início da Operação *Enduring Freedom*, o Presidente Bush emitiu uma ordem militar intitulada “A Detenção, o Tratamento e Julgamento de Certos Indivíduos considerados não-

cidadãos na Guerra Contra o Terrorismo.”¹⁷ Aquela ordem codificou uma norma para tratar como criminosos em vez de prisioneiros de guerra, certos indivíduos capturados como combatentes ilegais. O conceito teve origem em um caso da Segunda Guerra Mundial, no qual sabotadores nazistas, usando roupas civis e com planos para criar mais caos, foram capturados em Nova Iorque seis meses depois do ataque de surpresa feito pelos japoneses em Pearl Harbor. Segundo o tribunal, os sabotadores não receberam a proteção de prisioneiros de guerra sob as Regras de Guerras Terrestres de 1940.¹⁸ Contudo, vale notar que a ordem militar estabeleceu uma estratégia específica para os tribunais e o processo judicial.

A Baía de Guantánamo foi escolhida como uma instalação de detenção e um lugar para os julgamentos devido à sua inigualável situação legal. A base naval de 120 quilômetros quadrados foi libertada pelos Fuzileiros Navais dos EUA durante a Guerra entre a Espanha e os EUA em 1898. O contrato de aluguel de tempo indeterminado assinado em 1903 para a Baía de Guantánamo outorga aos EUA o poder para executar a jurisdição e o controle sobre a base, deixando a soberania absoluta com Cuba. Esses parâmetros foram o fundamento para a afirmação prévia do governo dos EUA estabelecendo que os detentos não tinham acesso aos tribunais dos EUA, não podendo contestar sua detenção com *habeas corpus*.¹⁹ Em junho de 2004, o Supremo Tribunal dos EUA decidiu que os tribunais federais têm jurisdição para considerar a legalidade de deter cidadãos estrangeiros em Guantánamo.²⁰ Contudo, uma pergunta ainda está sem resposta: Por quais delitos criminais os detentos deveriam ser acusados?

Alguns dos crimes são conhecidos, como o homicídio, a destruição de propriedades, o seqüestro e a conspiração. Contudo, outros delitos focalizam o status da vítima ou do criminoso, como definido pela Lei de Conflito Armado. Alguns crimes singulares consistem no ataque contra os cidadãos ou os bens protegidos, a utilização de pessoas como escudos, o apoio do inimigo ou o uso impróprio de emblemas de salvaguarda.

Os primeiros julgamentos da comissão militar começaram no dia 24 de agosto de 2004, quando quatro réus foram acusados de conspiração para cometer crimes de guerra, de tentativa de homicídio por um combatente ilegal e de apoio ao inimigo.²¹ No dia 8 de novembro de 2004, o Juiz James Robertson do Tribunal do Distrito de Washington, D.C., dos EUA, efetivamente proibiu os julgamentos preliminares da comissão militar até que um tribunal pudesse determinar, de forma competente, se os detentos tinham direito às proteções outorgadas aos prisioneiros de guerra mencionados no Artigo 4 da Convenção de Genebra.²² Em janeiro de 2005, ao julgarem casos distintos, dois magistrados

americanos ofereceram veredictos opostos a respeito dos direitos em juízo dos detentos de Guantánamo. Joyce Hens Green e Richard Leon escreveram extensamente sobre suas diferentes opiniões. Segundo os observadores, o assunto será indubitavelmente levado ao Supremo Tribunal dos EUA.²³

O Congresso dos EUA e a Casa Branca recentemente elaboraram planos de longo prazo para tratar os detentos que não irão a julgamento por falta de provas, mas obviamente recomeçarão as hostilidades armadas se forem libertados. Segundo as reportagens da mídia, há uma verba de 25 milhões de dólares proposta para financiar uma prisão de 200 vagas para aqueles detentos que provavelmente não serão julgados por um

O êxito na luta contra o terrorismo vai ser medido com a passagem de várias gerações. . . . A justiça — evidenciada pela maneira correta como os réus foram defendidos ou processados, absolvidos ou condenados, encarcerados ou repatriados — será o legado duradouro das ações dos EUA em Guantánamo.

tribunal militar, mas que têm a capacidade de liderança e motivação suficiente para matar os americanos, se foram soltos.²⁴ O dilema pode ser assim resumido: ou soltar os detentos militantes, que não puderem ser julgados nem condenados e já declararam que matarão os americanos, ou encarcerá-los para o resto da vida (mesmo sem julgamento). A capacidade dos EUA para achar as alternativas vai moldar o futuro.

A Natureza da Guerra

Como serão os combatentes do futuro? Sob que circunstâncias a guerra será legalmente conduzida onde um conflito armado talvez não seja entre os poderes soberanos, envolvendo outros participantes que não são estados constituídos? À medida que as percepções da guerra mudarem, como o combate será tratado legalmente daqui a duas décadas? O desenvolvimento de novas metodologias para a investigação de delitos, por meio dos quais as nações poderiam derrotar o terrorismo nos tribunais e ao mesmo tempo proteger a dignidade humana e respeitar a lei será uma indicação do sucesso duradouro da experiência de Guantánamo.

Os aspectos legais refutam o conceito de que pessoas armadas e organizadas, engajadas em conflitos letais com grupos de combatentes locais, deverão ser consideradas combatentes ilegais. Alguns críticos argumen-

tam que a supremacia do moderno poder diplomático, econômico e militar americano força os adversários a adotarem metodologias não-convencionais, assimétricas e ilegais — como definidas pelos participantes da Convenção de Genebra há 50 anos. Se as absolvições em Guantánamo passarem a ser mais comuns, quais serão as mudanças necessárias no nosso sistema legal?

Em seu ensaio fascinante, o Coronel da Força Aérea dos EUA, Charles Dunlap, sugere que a lei e, portanto, o sistema judicial, está se convertendo em um tipo de arma devido aos seus efeitos na natureza da guerra.

Como serão os combatentes do futuro? . . . À medida que as percepções da guerra mudarem, como o combate será tratado legalmente daqui a duas décadas? O desenvolvimento de novas metodologias para a investigação de delitos, por meio dos quais as nações poderiam derrotar o terrorismo nos tribunais e ao mesmo tempo proteger a dignidade humana e respeitar a lei será uma indicação do sucesso duradouro da experiência de Guantánamo.

Afirma ainda que “guerra legal” reformará as noções de guerra moderna, empregando a lei como um meio para alcançar os objetivos militares. Existem muitas dimensões da guerra legal. A mais empregada pelos adversários dos EUA é uma manipulação cínica do que é estabelecido pela lei e dos valores humanitários que representa. Em vez de procurar vitórias no campo de batalha, os adversários tentam destruir a vontade de lutar, solapando o apoio indispensável da opinião pública quando democracias, como os EUA, executam intervenções militares.”²⁵

É necessário redefinir o que é um combatente legal. Se os EUA esperam demonstrar a eficácia das comissões militares, aquele processo deverá ter integridade para que o reconhecimento global continue. Se quisermos vencer no campo da opinião pública mundial, deveremos ser persuasivos com nossas definições de guerra, as quais várias pessoas dizem que não se encaixam com a realidade dos conflitos do século XXI.²⁶

As Opções para Alcançar o Êxito

O êxito na luta contra o terrorismo vai ser medido com a passagem de várias gerações. Quando os futuros estrategistas analisarem os primeiros anos desta década

em que os EUA desmantelaram os grupos terroristas, não julgarão o Campo Delta pelas informações extraídas dos detentos, mas sim pelos assuntos de caráter humanitário, pela maneira como os detentos foram tratados, pela legitimidade do processo judicial, pelas repercussões legais decorrentes dos novos e variáveis conceitos de combatente. Quando descobriremos o que não será permitido pela lei, teremos que aprender o que será permitido. A justiça — evidenciada pela maneira correta como os réus foram defendidos ou processados, absolvidos ou condenados, encarcerados ou repatriados — será o legado duradouro das ações dos EUA em Guantánamo.

Já se passaram quase três anos desde que o primeiro detento desembarcou de um avião militar sob um cáldido sol cubano. Os EUA estão alcançando suas metas estratégicas mediante a sua escolha de meios? Somente após considerar como o futuro mede o êxito é que os EUA poderão definir adequadamente sua estratégia atual em Guantánamo. As ações no Campo Delta contribuirão para alcançar os objetivos estratégicos contra o terrorismo? Caso afirmativo, essa trajetória levar-nos-á aonde queremos? Como saberemos se atingimos a meta almejada?

A expressão de Kakai mudou para uma de desesperança quando eu lhe disse que a minha tarefa em Guantánamo ia findar. Recordei-lhe que todas as nossas conversas foram documentadas e que seu caso continuaria a ser conduzido por outros investigadores. Recordei-lhe também que quando chegou a Cuba ele pesava 9 quilos a menos e tinha muitos problemas de saúde e dentários. Ele havia melhorado bastante e estava aprendendo a ler e escrever. Enquanto o intérprete explicava o que eu havia dito, me recostei e fechei os olhos. Eu sabia que Kakai nunca veria o interior de uma sala de audiência. Provar a culpa “acima de qualquer dúvida” ainda é um desafio hercúleo, seja em uma sala de audiência nos EUA ou perante uma comissão militar em Guantánamo. O caso de Kakai nunca chegaria a este limiar.

Finalmente Kakai retornará ao Afeganistão como um cidadão mais saudável e mais educado. Ele estará preparado para participar nas mudanças políticas e se engajar na reconstrução do seu país ou voltar para cuidar de rebanhos. A escolha será dele, mas será uma escolha baseada nas opções aprendidas durante sua detenção em Guantánamo. Um dos legados norte-americanos em Guantánamo é fazer justiça para os assassinos terroristas, um tratamento humano para as pessoas que aguardam uma decisão e a criação de novas opções para aqueles que retornarão aos seus países e que, depois de tudo, serão responsáveis pela formação da próxima geração. A medida do sucesso contra o terrorismo será o resultado de todas essas experiências. **MR**

Referências

1. Para obter informação atualizada sobre o Campo Delta e a Força-Tarefa Combinada Guantánamo, veja www.nsgtm.navy.mil/jtftmo/ acesso em 10 de julho de 2004. Para ver as fotos do Campo Delta, veja www.globalsecurity.org/military/facility/guantanamo-bay_delta-pics.html, acesso em 25 de dezembro de 2004. FindLaw Legal News and Commentary mantém um bom site onde aborda os casos terroristas civis e criminais, disponível em <http://news.findlaw.com/legalnews/us/terrorism/index.html>, acesso em 15 de outubro de 2004. GlobalSecurity.org oferece uma ampla página cibernética de referências de Guantánamo; veja www.globalsecurity.org/military/facility/guantanamo-bay_camp-refs.html, acesso em 29 de dezembro de 2004.

2. Um combatente adversário é definido como aquele indivíduo que faz parte ou que apóia o Talibã ou Al-Qaeda ou as suas forças associadas empregadas no combate contra os EUA ou seus aliados, e inclui qualquer pessoa que tenha cometido uma ação bélica ou que tenha apoiado diretamente as hostilidades ajudando as forças inimigas. Folha de dados do Departamento de Defesa (DOD), "Guantánamo Detainee Processes," www.defenselink.mil/news/Jan2005/d20050131process.pdf, acesso em 20 de janeiro de 2005. Veja também a folha de dados "Guantánamo Detainees": www.defenselink.mil/news/Apr2004/d20040406gua.pdf, acesso em 24 de dezembro de 2004. Veja a nota 5 para debates sobre combatentes legais ou ilegais.

3. Memorando de janeiro de 2002 do Secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld, designando responsabilidade total para a investigação de crimes de guerra suspeitos, atos de terrorismo durante a Operação Enduring Freedom contra o Exército, que rapidamente se uniu com o Serviço Naval de Investigações Criminais e o Escritório de Investigações Especiais da Força Aérea com sua própria Divisão de Investigações Criminais, para formar uma unidade combinada de investigações chamada Força-Tarefa de Investigações Criminais (Criminal Investigative Task Force — CITF).

4. Veja Osama bin-Muhammad bin-Ladin, "Fatwa Urging Jihad Against Americans," www.ict.org.il/articles/fatwa/htm, de 1998, acesso em 20 de novembro de 2004. Bin Laden afirma que: "A regra que permite matar os norte-americanos e seus aliados — civis e militares — constitui-se um dever de cada muçulmano. Tal ato pode ser feito em qualquer país em que for possível fazê-lo, com o objetivo de libertar a Mesquita al-Aqsa e a santa mesquita das suas garras e para que seus exércitos se retirem de todas as terras do Islã, derrotados e sem capacidade de ameaçar nenhum muçulmano."

5. A Faculdade de Direito da Universidade de Yale possui umas das melhores coleções relacionadas as Leis da Guerra Terrestre. Veja www.yale.edu/lawweb/avalon/lawofwar/lawwar.htm, acesso em 10 de novembro de 2004. O critério para ser considerado um combatente legal é —

- Ser liderado por uma pessoa responsável por seus subordinados.
- Ter um símbolo fixo e distinto que possa ser reconhecido de longe.
- Portar suas armas abertamente.
- Conduzir suas operações de acordo com as leis e práticas da guerra.

O não cumprimento de todos os quatro critérios define um indivíduo como combatente ilegal e elimina o status de prisioneiro de guerra delimitado no Artigo 4 das Convenções de Genebra (II).

6. A FT Combinada Guantánamo "conduz as operações de detenção e investigação para coletar e analisar a inteligência em apoio à Guerra Global contra o Terrorismo (GWOT), coordenando e implementando as operações que investigam os detentos e apoiando as operações de ordem pública e investigações de crimes de guerra." Veja www.jtftmo.southcom.mil/, acesso em 2 de março de 2005.

7. De acordo com algumas reportagens da mídia, as informações obtidas por meio de um interrogatório de um detento em Guantánamo resultaram em uma série de incursões repentinas contra o terrorismo na Alemanha em 21 de janeiro de 2005. Mais de 700 integrantes da polícia efetuaram uma varredura por mesquitas, lares e negócios em seis cidades e apreenderam aproximadamente 22 supostos militantes. Veja www.iht.com/articles/2005/01/24/news/cuba.html.

Também veja www.boston.com/news/world/europe/articles/2005/01/24/guantanamo_tip_tied_to_arrests_o_of_22_in_germany/, acesso em 31 de janeiro de 2005.

8. Os detalhes da investigação de Abu Ghraib encontram-se no "Final Report of the Independent Panel to Review DOD Detention Operations," agosto de 2004. Veja www.globalsecurity.org/military/library/report/2004/d20040824finalreport.pdf. Para obter as atualizações do Departamento de Defesa, veja www.defenselink.mil/news/detainee_investigations.html, acesso em 26 de agosto de 2004.

9. Federal Rules of Criminal Procedure [os Regulamentos Federais de Processos Criminais] restringem muito a disseminação de informações resultantes das audiências ante o tribunal do júri. Não obstante, há exceções para apoiar os propósitos de inteligência. Veja www.usdoj.gov/olc/gjcfinop1.htm, acesso em 20 de dezembro de 2004.

10. Para informações referentes ao Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA) [Ato de Vigilância de Inteligência Estrangeira] e o tribunal de FISA, veja www.eff.org/Censorship/Terrorism_militias/fisa_faq.html, acesso em 20 de outubro de

2004, e www.law.cornell.edu/uscode/50/ch36schl.html, acesso em 20 de outubro de 2004.

11. Para obter informações referentes aos procedimentos de tribunais militares e materiais relacionados, veja www.defenselink.mil/news/comissions.html, assim como www.defenselink.mil/news/detainees.html, acesso em 10 de dezembro de 2004.

12. Para uma análise instrutiva da metodologia de interrogação, veja Mark Borden, "The Dark Art of Interrogation," *Atlantic Monthly* (outubro de 2003): pp. 51-76.

13. Para uma análise acadêmica referente às opções militares e policiais na Guerra Global contra o Terrorismo, veja Jeffrey H. Norwitz, "Combating Terrorism: With a Helmet or a Badge?" in *Terrorism and Counterterrorism: Understanding the New Security Environment*, editado por Russell Howard (Connecticut: McGraw-Hill, 2004), pp. 470-81. Veja também www.homelandsecurity.org/journal/Articles/displayarticle.asp?article=72, acesso em 15 de dezembro de 2004.

14. As técnicas de entrevista criadas pela Força-Tarefa de Investigações Criminais do Departamento de Defesa, demonstram o êxito de um enfoque baseado nas boas relações com os detentos árabes, que resultam na coleta de inteligência mais verídica e digna de confiança que aquela obtida mediante uma técnica mais agressiva.

15. Discurso do Presidente George W. Bush, perante a sessão plenária do Congresso dos EUA, em 20 de setembro de 2001, Washington DC, veja www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html, acesso em 15 de dezembro de 2004.

16. No fim de janeiro de 2005, 208 detentos haviam saído de Guantánamo: 146 foram libertados e 62 detentos foram transferidos ao controle de outros governos (29 ao Paquistão, 5 ao Marrocos, 4 à França, 7 à Rússia, 4 à Arábia Saudita, 1 à Espanha, 1 à Suécia, 9 ao Reino Unido, 1 ao Kuwait e 1 à Austrália). Veja www.defenselink.mil/news/detainees.html, acesso em 10 de fevereiro de 2005.

17. Ordem Militar da Casa Branca, "Detention, Treatment, and Trial of Certain Non-Citizens in the War Against Terrorism," *Federal Register* 66, número 222 (16 de novembro de 2001): 57833. Veja www.dtic.mil/whs/directives/corres/mco/prezorder.pdf, acesso em 30 de novembro de 2004. Os EUA sempre reconheceram a aplicabilidade do documento da ONU, "Body of Principles for the Protection of All Persons under Any Form of Detention or Imprisonment." Veja www.unhcr.ch/html/menu3/b/h_comp36.htm, acesso em 25 de novembro de 2004.

18. O Juiz Robert H. Jackson do Supremo Tribunal de Justiça escreveu para a maioria no caso de Johnson versus Eisentrager, 339 US763, em 5 de junho de 1950. Para obter mais informações, veja caselaw.lp.findlaw.com/cgi-bin/getcase.pl?navby=case&court=US&invol=763, acesso em 15 de outubro de 2004.

19. O termo habeas corpus — em latim significa "você tem o corpo"—frequentemente é usado para estudar a condição legal dos detentos. O habeas corpus determina que o acusado se apresente perante o juiz para que possa ser determinado se o acusado está legalmente encarcerado ou deve ser solto. Veja www.leclaw.com/def/h001/htm, acesso em 15 de dezembro de 2004.

20. O Juiz John Paul Stevens do Supremo Tribunal de Justiça escreveu a decisão para a maioria no caso de Rasul et. al. versus Bush, 03-334, em 28 de junho de 2004. Veja caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=000&invol=03-334, em 15 de dezembro de 2004.

21. Os primeiros quatro acusados perante o tribunal militar em Guantánamo, Cuba, foram Salim Ahmed Hamdan (Iêmen); David Hicks (Austrália); Ali Hamza Ahmed Sulayman al-Bahlul (Iêmen); e Ibrahim Ahmed Mahmoud al-Qosi (Sudão). Para obter mais informações veja www.cbsnews.com/elements/2004/08/24/in_depth_us/whoswho638066.shtml, acesso em 28 de dezembro de 2004, e www.defenselink.mil/news/Combatant_Tribunals.html, acesso em 28 de dezembro de 2004.

22. Para obter mais informações com respeito aos atestados dos juizes federais do Tribunal de Apelação, veja www.defenselink.mil/news/Nov2004/n11092004_2004110903.html, acesso em 11 de dezembro de 2004.

23. Para mais informações referentes à decisão dos juizes federais Joyce Hens Green e Richard Leon com respeito aos detentos em Guantánamo, veja news.findlaw.com/ap_stories/a/w/1151/2-9-2005/20050209153010_17.html, acesso em 10 de fevereiro de 2005.

24. Alguns dos detentos, militantes muçulmanos, me informaram de maneira franca e sem reservas, que se tivessem a oportunidade, se rearmariam para matar os integrantes das Forças Armadas norte-americanas e de seus aliados no Afeganistão.

25. DUNLAP, JR, Charles J.; "Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Century Conflicts." (Apresentado na conferência chamada Humanitarian Challenges in Military Intervention Conference, Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, Washington, DC, em 29 de novembro de 2001), veja www.duke.edu/~pfeaver/dunlap.pdf, acesso em 2 de agosto de 2004.

26. As informações deste parágrafo têm a sua origem nos pensamentos que derivam da entrevista com David Alan Rosenberg, Ph.D., Diretor de História da Força-Tarefa, e com a Assistente Especial do Subchefe de Operações Navais e renomada historiadora, Deborah L. Haines, em 15 de fevereiro de 2004, Washington, DC.

Jeffrey H. Norwitz é professor da Escola Superior de Guerra Naval dos EUA e Agente Especializado do Governo Federal à disposição do Serviço Naval de Investigações Criminais. Possui o título de Bacharel pela Eastern Kentucky University e o de Mestre pela Escola Superior de Guerra Naval. Trabalhou durante 30 anos na área de segurança pública. Foi capitão da Polícia do Exército dos EUA e subchefe no Condado de El Paso, no Colorado. Serviu no território continental dos EUA, Okinawa, Tailândia, Kuwait e na Baía de Guantánamo em 2003 e 2004. Foi agraciado duas vezes com a Medalha Naval por Serviços Civis Meritórios.